



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

A Invisibilidade da Mulher no Espaço Público durante o Estado Novo

[The Invisibility of Women in the Public Sphere during the Estado Novo.]

Projeto de Graduação

1º Ciclo de Estudos em Ciência Política e Relações Internacionais

Filipa Martins da Silva Peixoto

Orientadora:

Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas

junho 2026

A Invisibilidade da Mulher no Espaço Público durante o Estado Novo

[The Invisibility of Women in the Public Sphere during the Estado Novo]

Projeto de Graduação

1º Ciclo de Estudos em Ciência Política e Relações Internacionais

Filipa Martins da Silva Peixoto

Orientadora:

Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas

junho 2026

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, por ter sido o local onde tive a oportunidade de concretizar a minha licenciatura e pelas oportunidades proporcionadas para enriquecer a minha formação académica. Agradeço também a todos os docentes da licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais pela contribuição para a minha formação académica.

Agradeço à Professora Doutora Judite Freitas pela orientação e contínuo apoio no desenvolvimento deste Projeto de Graduação. A sua dedicação e partilha de conhecimentos foram fundamentais não só para a elaboração deste projeto, mas também para a minha formação académica, além de excelente professora é também uma inspiração.

Aos meus pais, expresso a minha profunda gratidão pelo constante apoio, pelas palavras de incentivo nos momentos em que duvidei das minhas capacidades, por me encorajarem a alcançar o meu potencial e claro, pela oportunidade de realizar esta licenciatura. À minha irmã por ser quem posso sempre contar para me colocar um sorriso na cara, ser a minha constante companhia nos momentos de ansiedade e ser porto seguro. À minha avó pelo carinho e momentos de lazer que partilhamos e por ser das minhas maiores apoiantes na realização desta licenciatura. Aos meus animais de estimação por serem o conforto, alegria e companhia ao longo deste percurso, seja nos momentos felizes como nos momentos de cansaço e ansiedade.

Aos amigos que a faculdade me deu, agradeço todo o apoio e todos os momentos que passamos juntos, foram vocês que tornaram este percurso mais especial e estes 3 anos inesquecíveis.

Por último, pela motivação, dedicação e persistência, agradeço a mim mesma.

Resumo

Este projeto analisa o papel da mulher na sociedade portuguesa durante o Estado Novo (1933-1974), com especial enfoque nas formas de controlo, exclusão política e resistência feminina. Do ponto de vista metodológico, recorre-se a uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e bibliográfica, permitindo interpretar fontes históricas, discursos ideológicos e produções culturais associadas à condição feminina no período em estudo.

A investigação inicia-se com o enquadramento do contexto histórico do regime salazarista, marcado por uma estrutura autoritária e centralizada, na qual o Estado exercia um controlo rigoroso sobre a sociedade civil e a vida política. Seguidamente, analisa-se a construção da denominada «ideologia do feminino», promovida pelo regime, que atribuía à mulher um papel predominantemente centrado na família, na maternidade e no espaço doméstico, restringindo a sua participação na esfera pública e limitando as oportunidades de intervenção social e política.

São também abordadas as políticas de propaganda e as instituições femininas controladas pelo Estado, que reforçavam modelos tradicionais de género e contribuíam para a exclusão política das mulheres. Por fim, o estudo explora as formas de invisibilidade, participação e resistência feminina, destacando tanto a ausência de representação política como os casos de ativismo cultural, intelectual e político.

Demonstra-se que, apesar das limitações impostas pelo regime, diversas mulheres desempenharam papéis de contestação e resistência, contribuindo para a transformação social e para a construção de uma cidadania mais igualitária após o 25 de abril de 1974.

Palavras-chave: Estado Novo; mulheres; resistência; invisibilidade política; género

Abstract

This project analyses the role of women in Portuguese society during the New State (1933-1974), with special focus on forms of control, political exclusion and female resistance. From a methodological perspective, a qualitative approach is adopted, based on documentary and bibliographical analysis, allowing for the interpretation of historical sources, ideological discourses and cultural productions associated with the condition of women during the period under study.

The study begins by contextualizing the historical framework of the Salazar regime, characterized by an authoritarian and centralized system in which the State exercised strict control over civil society and political life. It then examines the construction of the so-called “ideology of femininity” promoted by the regime, which assigned women a role primarily centered on the family, motherhood, and the domestic sphere, thereby restricting their participation in public life and limiting their opportunities for social and political engagement.

It also addresses propaganda policies and state-controlled women’s institutions, which reinforced traditional gender models and contributed to the political exclusion of women. Ultimately, the study explores forms of female invisibility, participation and resistance, focusing on both the absence of political representation and cases of cultural, intellectual and political activism.

It is demonstrated that, despite the limitations imposed by the regime, a number of women played roles of protest and resistance, contributing to social transformation and the construction of a more egalitarian citizenship following 25th of April 1974.

Key-words: New State; women; resistance; political invisibility; gender

Índice Geral

Resumo	IX
Abstract.....	XI
Lista de Siglas.....	XVI
Introdução	1
1. Enquadramento Histórico	3
1.1 Breve Histórico do Estado Novo: caraterísticas políticas e sociais.....	3
1.2 Estrutura autoritária do salazarismo	4
1.3 Papel do Estado na regulamentação da sociedade civil e da política	5
2. O Papel da Mulher na Sociedade Portuguesa no Estado Novo	7
2.1 Conceito de “ideologia do feminino” promovida pelo Estado	7
2.2 Papel da mulher no espaço privado e público	8
2.3 Cultura, educação e moralidade feminina segundo o Estado Novo	9
3. Políticas de Controlo e Exclusão Política.....	11
3.1 Propaganda oficial e reforço do modelo patriarcal.....	11
3.2 Instituições femininas controladas pelo Estado.....	12
4. Invisibilidade, Participação e Resistência Feminina	13
4.1 Representação e Invisibilidade Política.....	13
4.2 Casos de Ativismo e Resistência	14
Conclusão	17
Bibliografia.....	18

Índice de Figuras

Figura 1: <i>A Lição de Salazar: “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”</i>	9
---	---

Lista de Siglas

MNF	Movimento Nacional Feminino
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
OMEN	Obra das Mães pela Educação Nacional
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SPN	Secretariado da Propaganda Nacional

Introdução

O desenvolvimento do presente projeto de graduação enquadra-se na Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, constituindo um requisito necessário à obtenção do grau de licenciatura.

O Estado Novo (1933-1974), constituiu um dos períodos mais marcantes da história portuguesa no século XX, caracterizando-se como uma estratégia política deliberada na qual a participação feminina na política era frequentemente silenciada, desvalorizada e controlada em prol do regime autoritário salazarista.

A relevância do estudo do tema “A Invisibilidade Política da Mulher no Estado Novo” reside na análise da realidade histórica vivida pelas mulheres portuguesas entre 1933 e 1974, período durante o qual a ideologia oficial do regime as confinava à esfera privada, atribuindo-lhes sobretudo funções domésticas e maternas. Neste contexto, a pergunta de partida reverte para o modo como a ideologia e a legislação do Estado Novo contribuíram para a invisibilidade política das mulheres portuguesas entre 1933 e 1974. Consideradas pilares da família e da ordem social, as mulheres viam a sua participação na vida pública e política fortemente limitada, o que contribuiu para a sua invisibilidade no espaço político e para a perpetuação de papéis de género tradicionais na sociedade portuguesa da época.

No que respeita à metodologia adotada nesta investigação desenvolvida, recorreu-se a uma abordagem qualitativa assente na análise documental. Para tal, foram utilizadas fontes primárias, nomeadamente documentação legislativa e jurídica da época, fundamentais para a compreensão do enquadramento legal e institucional em estudo. Paralelamente, foram consultadas fontes secundárias, incluindo obras de revisão bibliográfica e historiográfica, artigos científicos e revistas académicas, que permitiram contextualizar o tema, aprofundar a análise e sustentar a interpretação dos dados recolhidos.

O projeto tem como objetivo geral analisar a influência ideológica do Estado Novo na invisibilidade da mulher na esfera política portuguesa. Relativamente a objetivos específicos, incide sobre a análise da estrutura autoritária do regime, dos mecanismos de

regulamentação e restrições legais à presença política feminina, assim como, a observação de movimentos feministas e associações opositoras à ditadura.

O projeto desenvolve-se ao longo de quatro capítulos, além da Introdução e da Conclusão, com a análise de pontos fulcrais à temática. O Capítulo I foca-se na Contextualização Histórica do Estado Novo e numa análise das suas características políticas e sociais; o Capítulo II aborda o papel da mulher na sociedade portuguesa no Estado Novo; o Capítulo III explora Políticas de Controlo e Exclusão Política, relativamente a restrições à participação política feminina e o Capítulo IV explora a Invisibilidade, Participação e Resistência Feminina.

1. Enquadramento Histórico

1.1 Breve Histórico do Estado Novo: características políticas e sociais

A consolidação do Estado Novo em Portugal deve ser compreendida no quadro de profunda instabilidade política, económica e social que caracterizou a I República (1910-1926). Este período foi marcado por sucessivas crises governativas, fragmentação partidária, conflitos sociais e dificuldades financeiras, que contribuíram para o descrédito das instituições democráticas (Rosas, 1998). Num contexto político de grande instabilidade após a I República e da instauração da Ditadura Militar (1926-1928), deu-se um período de repressão e instabilidade política marcada pela presidência de Óscar Carmona em 1926 e do surgimento de António de Oliveira de Salazar como resposta à crise financeira vivida no país entre 1928 e 1932, sendo nomeado para Ministro das Finanças em 1928, cargo exercido por um breve período. Após o seu sucesso e prestígio na estabilização monetária através de uma política de austeridade rigorosa.

A ascensão de Salazar à chefia do governo em 1932 marcou a transição para um regime autoritário mais estruturado. A fundação da União Nacional em 1930, enquanto partido único, e a promulgação do Ato Colonial no mesmo ano, evidenciaram a consolidação de um projeto político assente no nacionalismo, no autoritarismo e na defesa do império colonial (Newitt, 1995). A Constituição de 1933 formalizou o Estado Novo, instituindo um regime corporativista, antiliberal e antidemocrático.

Efetivamente foi a partir de 1930, com a fundação da União Nacional como partido único e da divulgação do Ato Colonial reforçando uma visão imperialista e colonial de submissão de territórios “ultramarinos” à soberania nacional, que se começou a estruturar o regime que viria a ser denominado como Estado Novo.

O Estado Novo, também designado como Salazarismo, culminou com a promulgação da Constituição de 1933. Ideologicamente, o Estado Novo caracterizou-se por um nacionalismo conservador, fortemente influenciado pelo catolicismo social, e por uma rejeição explícita do demoliberalismo e do comunismo. O lema “Deus, Pátria e Família” sintetizava os valores centrais do regime, que promovia uma sociedade hierarquizada, ruralista e disciplinada (Rosas, 2012).

1.2 Estrutura autoritária do salazarismo

No âmbito académico, António de Oliveira Salazar licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e posteriormente, fez um doutoramento em Ciências Económicas, tendo exercido funções como professor assistente de Economia Política e Finanças. Integrou o Centro Académico de Democracia Cristã, onde manifestou publicamente a sua visão política, e no decorrer da sua carreira profissional exerceu cargos relevantes, como Ministro das Finanças de 1928 a 1932 e a presidência do Conselho de Ministros de 1932 a 1968 (Lousada & Oliveira, 2021).

O Salazarismo caracterizou-se por uma visão mítica sebastianista, isto é, no retrato da figura de Salazar como o “Desejado” e o salvador da Pátria numa ideologia de regresso à glória do passado português (Macedo, 2020). Foi neste contexto que se ergueu uma estrutura autoritária assente no reconhecimento de Salazar como figura central do Estado Novo.

A aprovação da Constituição de 1933 representou um momento-chave na consolidação deste regime, na medida que caracterizava uma centralização do poder executivo e legislativo no Presidente do Conselho de Ministros, cargo exercido por Salazar. Não obstante, apesar da atribuição formal da Chefia do Estado fosse da competência do Presidente da República (CRP, 1933, art.72.º), a realidade vivida no Estado Novo era outra, pelo que nos termos dos artigos 106.º e 107.º da Constituição de 1933, era atribuído ao Presidente do Conselho de Ministros um cargo central na política geral do governo, o que demonstrava a sua crescente influência no sistema político.

Na sua atividade, o governo de Salazar definiu-se como uma “República unitária e corporativista” (CRP, 1933, art.5º), que procurou restringir a representação partidária e contestação democrática e, por conseguinte, estabeleceu a União Nacional como monopólio da representação política. “A ameaça não podia ser mais clara: era o fim de uma era política” (Rosas, 2012).

Em 1993, dá-se a criação da Política de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) com a principal função de repressão, vigilância e punição com a possibilidade de cooperação com polícias estrangeiras e outras forças portuguesas. Mais tarde, a PVDE reorganiza-se

e passa a denominar-se Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) em 1945, expandindo os meios de vigilância e repressão através de informadores, tortura, violência e o uso de táticas como o isolamento, a proibição do movimento e a tortura do sono (Pimentel, 2024). Estas forças ajudaram no reforço dos pilares ditatoriais do regime, em conformidade com o apoio da Igreja Católica e das Forças Armadas.

1.3 Papel do Estado na regulamentação da sociedade civil e da política

Portugal presenciava um ruralismo e desigualdade social persistente, dos quais o Estado procurou usufruir através de mecanismos como a adoção do lema “Deus, Pátria e Família”, um alicerce na compreensão do papel do Estado e da propaganda nacionalista e católica na regulamentação da sociedade civil. A censura alinha-se igualmente aos pilares do regime, sendo um instrumento político e social utilizado na restrição à oposição e na influência de opiniões em favorecimento do poder do Estado. Neste âmbito, podem-se identificar diversos tipos de censura, nomeadamente social, política e simbólica, nos quais se destacam a repressão e silenciamento a temas, livros e imprensa de cariz político e social de modo a evitar contestação ao regime e que levavam a própria população e meios de comunicação a realizar uma autocensura na sua atividade (Carvalheiro & Silveirinha, 2018).

O corporativismo, assente na defesa da cooperação dos grupos sociais e na luta de classes, teve um papel importante neste aspeto, pelo que através da substituição da representação democrática pela representação de interesses económicos e profissionais ajudou ao controlo do Estado nestes setores da sociedade, levando na prática a uma desigualdade social e domínio das elites face aos trabalhadores nos Sindicatos Nacionais, que por sua vez também se encontravam sob domínio do Estado (Ferreira, 2024).

A política do Estado Novo assentava na limitação da vida política da mulher, tanto no seu direito ao voto como no acesso a cargos de trabalho, sendo comum a proibição de determinadas profissões, nomeadamente, diplomata, juíza e polícia (Ferreira, 2024).

O que se verificava é que as profissões das quais as mulheres tinham acesso acabavam por se traduzir como uma expensão das suas funções domésticas ou serem exclusivamente de domínio feminino, como por exemplo, criadas, lavadeiras, floristas, enfermeiras,

professoras e empregadas em setores como o comércio e assistência social (Fauth & Machado, 2024; Ferreira, 2024).

O Estado Novo ambicionou influenciar todos os aspetos da vida quotidiana dos portugueses, tanto no controlo a nível social como a nível político, através de elementos como a censura, repressão e reforço de papéis de género.

2. O Papel da Mulher na Sociedade Portuguesa no Estado Novo

2.1 Conceito de “ideologia do feminino” promovida pelo Estado

A condição feminina no Estado Novo foi profundamente moldada por uma “ideologia do feminino” que refletia os valores conservadores, patriarcais e católicos do regime. Esta ideologia baseava-se numa conceção essencialista da mulher, fundamentada em argumentos biológicos e morais que legitimavam a sua subordinação ao homem e a sua centralidade no espaço doméstico (Pimentel, 2000). A construção da identidade feminina no Estado Novo foi limitada à ideologia do regime e ao retorno ao sistema patriarcal, fundamentado em princípios de cariz autoritário e com semelhança ao autoritarismo na medida em que, no caso português, deu-se a construção de uma hierarquia que colocava a família acima dos direitos dos seus membros consagrada na Constituição de 1933 onde a desigualdade de género entre os cidadãos, com ênfase na mulher, foi institucionalizada devido a “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (CRP, 1933, art.5.º), isto é, a presença de uma construção concetual e social da mulher sustentada por um “fator biológico” que viria a definir a condição feminina desta época.

O Estado doutrinava a figura do homem como chefe da família que detinha o poder de representação da mesma e de decisão de todos os atos da vida conjugal, deliberando o ideal de que a “natureza” feminina estava intrinsecamente ligada ao lar, ao trabalho doméstico e à maternidade, refletindo o papel da família como alicerce ideológico e fundamento da ordem pública e política. A Constituição de 1933 institucionalizou esta desigualdade ao reconhecer diferenças entre os cidadãos com base no sexo, justificadas pela “natureza” e pelo “bem da família” (CRP, 1933, art.5.º). Esta formulação jurídica consagrava uma hierarquia de género que atribuía ao homem o papel de chefe da família e à mulher funções predominantemente domésticas, como esposa e mãe. A família era concebida como célula fundamental da nação e instrumento de reprodução da ordem social e política.

O regime promoveu ativamente este modelo através de políticas públicas, educação e propaganda. A Mocidade Portuguesa Feminina, criada em 1937, desempenhou um papel central na socialização das jovens segundo os valores do Estado Novo, enfatizando a domesticidade, a moral católica e a obediência (Pimentel, 2000). Paralelamente, o acesso

das mulheres ao mercado de trabalho e à educação superior foi limitado, sendo frequentemente condicionado à sua função familiar.

O enquadramento jurídico reforçava esta subordinação. O Código Civil aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344 a 25 de novembro de 1966, atribuía ao marido a autoridade sobre a esposa, incluindo a gestão dos bens e a tomada de decisões familiares. Além disso, o Estado apropriava-se o direito de intervir na esfera privada sob o pretexto da defesa da moral e dos “bons costumes”, conforme previsto no artigo 13.º da Constituição (CRP, 1933). Esta disposição legitimava mecanismos de controlo social que incidiam de forma particular sobre o comportamento feminino.

Importa sublinhar que, apesar desta normatividade, a realidade social era mais complexa. Muitas mulheres participaram ativamente no trabalho agrícola, industrial e até em profissões liberais, sobretudo em contextos urbanos e em períodos de necessidade económica. No entanto, estas práticas coexistiam com um discurso oficial que procurava restringir e normalizar o papel feminino (Vaquinhas, 2011).

2.2 Papel da mulher no espaço privado e público

A imagem da mulher estava sob a égide do Estado tanto no espaço privado como no espaço público. O papel da mulher era restrito à imagem de “dona de casa”, “boa esposa” e submissa, conjuntamente com o cuidado e educação dos filhos, com o marido como chefe de família, limitado à sociedade classista e patriarcal do regime (Ferreira, 2024).

O Concurso Mulher Ideal Portuguesa promovido pela revista *Donas de Casa*, é um exemplo pertinente como mecanismo do regime responsável pela idealização da mulher como “Mulher-Modelo”, ou seja, aquela que incorporava os valores fundamentais da época. O Concurso era composto por cinco provas: culinária, cocktail, decoração, costura à máquina, bordado à mão e cultura geral, tendo a cada categoria um juiz atribuído (Ribeiro et al., 2023).

Fora do ambiente doméstico, os locais como cafés e clubes marginalizavam a presença feminina, sendo sujeitas a censura e desaprovação social pelo seu comportamento “inadequado” e desperdício de tempo que poderia eventualmente ser dedicado ao cuidado da casa. Os meios de comunicação social como a rádio, imprensa e a televisão eram maioritariamente dedicados à participação e ócio masculino, nos quais as mulheres

detinham uma presença restrita e limitada e as suas intervenções eram enquadradas à ideologia do regime (Carvalheiro & Silveirinha, 2018). As mulheres encontravam-se ostracizadas da vida pública e da sociedade, o que se refletia no desrespeito que sofriam frequentemente e até casos em que eram tratadas como escravas (Martins, 2023).

2.3 Cultura, educação e moralidade feminina segundo o Estado Novo

O Estado Novo moldava a presença feminina num modelo tradicional condicionado ao seu papel como mãe, esposa e dona de casa, inerente à ideologia da família como base da sociedade, utilizando a cultura, a educação e a moralidade como ferramentas interligadas na construção da idealizada identidade portuguesa e reforço do sistema patriarcal. A moralidade esclarecia-se na aliança com a Igreja, ou seja, na consagração do catolicismo como “a religião da nação portuguesa” aplicada através da Reforma Institucional de 1951 (Ferreira, 2024).

Em conjunto com a moralidade, a educação serviu como uma ferramenta de consolidação do autoritarismo intrínseco ao regime salazarista, que procurava doutrinar a juventude no catolicismo. O Estado Novo investiu na criação de organizações como a Mocidade Portuguesa em 1936 e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) em 1937, em atividade oficial em 1938, com o intuito de promoção das normas de género (Ferreira, 2024).

O ensino escolar feminino focava-se na educação doméstica através da instituição de disciplinas como Economia Doméstica, direcionada ao ensino de atividades relacionadas com o cuidado do lar, nomeadamente, bordar, coser, cozinhar e limpar a casa. Em contrapartida, o ensino escolar masculino focava-se sobretudo na formação militar e liderança (Ferreira, 2024).

A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) desempenhou também um papel fundamental neste aspeto, pelo que incitou a relevância de elementos como a moralidade e a instrução para a formação cívica das famílias e promoção dos valores tradicionais em apoio ao regime (Fauth & Machado, 2024).

A cultura feminina no Estado Novo foi marcada pela visão nacionalista e conservadora do regime que se refletia em elementos como a moralidade e a educação, influenciando a vida diária do género feminino, desde a sua juventude até à vida adulta.

Também, fundamentada no “essencialismo biológico que legitima a segregação da mulher relativamente ao social, às esferas do produtivo e do político” (Macedo, 2020, p.82).

3. Políticas de Controlo e Exclusão Política

3.1 Propaganda oficial e reforço do modelo patriarcal

A propaganda foi um mecanismo de controlo ideológico e culto à figura de Salazar vastamente utilizado no Estado Novo. Em 1933 foi criado o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), renomeado como Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo em 1944, como parte integrante na divulgação dos valores, ideologia e culto ao líder do Estado Novo. Este aparelho do Estado através da censura e da repressão, controlava os meios de comunicação social mais utilizados na época: rádio, televisão, cartazes e cinema (Ferreira, 2024). A mulher era representada como bastião da família e da pátria, vislumbrada como o ideal do regime, uma definição imposta como forma de manipulação estratégica e ideológica (Macedo, 2020).

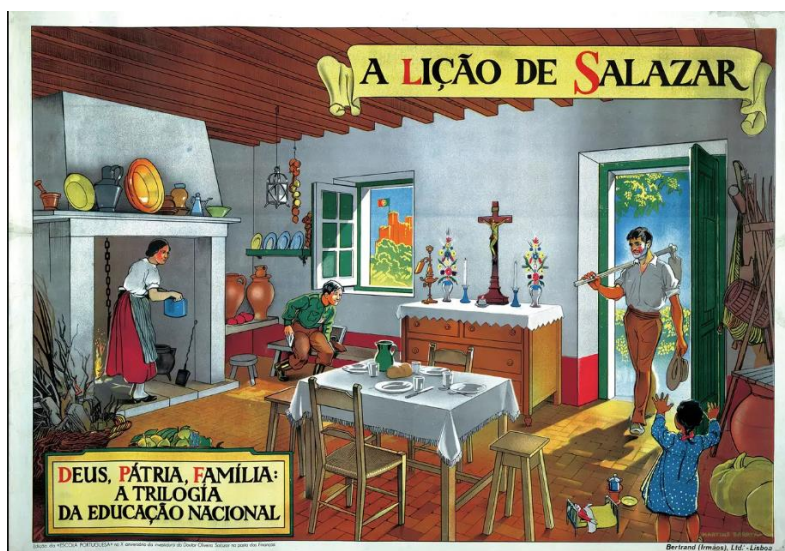


Figura 1 – *A Lição de Salazar: “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”*

Fonte: Expresso (2022, 2 de setembro) <https://expresso.pt/exposicoes/2022-09-02-Adeus-Patria-e-Familia-a-resistencia-a-repressao-da-homossexualidade-em-Portugal-8b595332>

A Figura 1 apresenta uma ilustração comum nos estudos do Salazarismo, no entanto de extrema importância na representação dos ideais e a representação da mulher no regime. A mulher é colocada num enquadramento doméstico, nomeadamente na cozinha delimitando-a ao seu papel como cuidadora do lar e dos filhos, o que demonstra a eficiência da propaganda na construção do género feminino na sociedade. A família era dos elementos mais importantes para o Estado Novo, tendo como principal função a sua preservação.

3.2 Instituições femininas controladas pelo Estado

No ano de 1936, foram implementadas medidas na educação portuguesa, nomeadamente com a renomeação do Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação, de acordo com a Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936 (Fauth & Machado, 2024). Neste contexto, surgiram instituições femininas como a OMEN e a MPF focadas na educação ideológica, católica e conservadora.

A OMEN, inspirada no fascismo italiano, era composta por elementos da elite social de Lisboa, nomeadamente núcleos de mulheres leais ao regime de Salazar, e tinha como objetivos a orientação das mães na boa educação dos filhos, a instrução de noções de higiene e puericultura, promover a educação nacionalista, também em conformidade com a MPF. Sendo assim, a MPF, de frequência obrigatória às jovens até aos 14 anos e posteriormente voluntária, orientava a sua atividade para a vida doméstica, à natureza maternal e católica como pilares fundamentais à Pátria (Cova & Pinto, 1997).

Em 1961 foi ainda criado também, o Movimento Nacional Feminino (MNF) por Cecília Supico, no contexto da Guerra Colonial, cujo intuito era o apoio aos militares portugueses no conflito e também a mobilização política das mulheres na defesa do regime. Desenvolviam atividades como eventos de angariação de fundos e visitas às frentes de combate (Cova & Pinto, 1997).

4. Invisibilidade, Participação e Resistência Feminina

4.1 Representação e Invisibilidade Política

A representação política das mulheres constituiu, durante séculos, uma das dimensões mais marcantes da desigualdade de género (Scott, 1988; Perrot, 2007). Apesar das mulheres representarem cerca de metade da população, a sua presença nos espaços de decisão política foi historicamente reduzida ou mesmo inexistente. Esta sub-representação resultou não apenas de restrições legais, mas também de fatores culturais, sociais e institucionais que limitaram o acesso feminino à esfera pública e aos cargos de poder (Pimentel, 2011).

A invisibilidade política feminina manifestava-se através da exclusão das mulheres dos processos de tomada de decisão e da reduzida valorização das suas contribuições para a vida política e social. Muitas mulheres participaram ativamente em movimentos sociais, associações cívicas, organizações de beneficência e ações de resistência política, contudo, os seus contributos eram frequentemente omitidos dos registos históricos e da memória coletiva (Perrot, 2007). A narrativa política dominante privilegiava figuras masculinas, perpetuando a ideia de que a construção das sociedades era obra exclusiva dos homens (Scott, 1988).

Em Portugal, a ideologia oficial do Estado Novo reforçou a associação da mulher ao espaço doméstico, à maternidade e à educação dos filhos (Pimentel, 2011). Embora algumas mulheres tenham desempenhado papéis relevantes em organizações femininas e movimentos de oposição ao regime, a sua presença nos órgãos de poder permaneceu extremamente limitada. A participação feminina era frequentemente enquadrada por valores de obediência e dedicação à família, o que dificultava o reconhecimento das mulheres como agentes políticos autónomos.

Esta visão era também difundida através da imprensa feminina da época. Revistas como *Modas & Bordados*, *Eva – Jornal da Mulher e do Lar* e *Menina e Moça* transmitiam modelos de comportamento alinhados com os princípios do Estado Novo, promovendo a imagem da mulher como esposa, mãe e educadora (Fauth & Machado, 2024). Estas publicações contribuíam para reforçar a separação entre a esfera pública, associada aos homens, e a esfera privada, destinada às mulheres. Ao enfatizarem as responsabilidades domésticas e familiares, ajudavam a legitimar a reduzida participação feminina na vida

política. Contudo, algumas destas revistas, particularmente *Modas & Bordados* sob a direção de Maria Lamas (1893-1983), constituíram também espaços de reflexão sobre a condição feminina, abordando temas relacionados com a educação, o trabalho e os direitos das mulheres (Pimentel, 2011; Lamas, 2002).

Paralelamente, a invisibilidade política contribuiu para a ausência de perspetivas femininas na elaboração das leis e das políticas públicas. Questões relacionadas com a igualdade de direitos, as condições de trabalho das mulheres, a educação feminina ou a proteção da maternidade eram muitas vezes debatidas sem a participação efetiva das principais interessadas. Como consequência, perpetuavam-se estruturas de poder que favoreciam os homens e dificultavam a concretização da igualdade política (Scott, 1988).

Apesar destes obstáculos, diversas mulheres desenvolveram formas de resistência e intervenção cívica, reivindicando direitos políticos e sociais e contestando os modelos tradicionais de género. Os movimentos feministas e as organizações de defesa dos direitos das mulheres desempenharam um papel fundamental na denúncia das desigualdades e na promoção de uma cidadania mais inclusiva (Pimentel, 2011). Paralelamente, figuras como Maria Lamas contribuíram para dar visibilidade às experiências femininas e denunciar as limitações impostas às mulheres pela sociedade e pelo regime (Lamas, 2002).

O aumento gradual da representação feminina nas instituições políticas ao longo da segunda metade do século XX constituiu um passo importante para combater a invisibilidade histórica das mulheres e fortalecer os princípios democráticos de igualdade e participação.

Assim, a representação e a invisibilidade política feminina devem ser entendidas como fenómenos interligados que refletem relações históricas de poder (Scott, 1988; Perrot, 2007). A análise destas questões permite compreender os desafios enfrentados pelas mulheres ao longo do tempo e reconhecer a importância da sua participação plena na construção das sociedades contemporâneas.

4.2 Casos de Ativismo e Resistência

Apesar do forte controlo político, ideológico e censório exercido pelo regime, emergiram diversas formas de resistência feminina que se manifestaram tanto na esfera pública como

na esfera cultural e intelectual. Estas formas de oposição foram frequentemente invisibilizadas, mas desempenharam um papel fundamental na contestação da ideologia dominante e na afirmação de discursos alternativos sobre a mulher e a sociedade.

Um dos exemplos mais significativos de resistência no campo da imprensa feminina é analisado por Ana Maria Pessoa no estudo sobre a revista *Os Nossos Filhos* (1942-1958). Segundo a autora, esta publicação não deve ser interpretada apenas como uma revista de educação maternal, mas sim como um espaço de oposição ao modelo educativo e ideológico promovido pelo Estado Novo. A revista defendia uma pedagogia alternativa dirigida às mães e às crianças, valorizando a educação crítica e o desenvolvimento autónomo, em contraste com o discurso oficial que reforçava a obediência, a moral conservadora e o confinamento da mulher ao espaço doméstico (Pessoa, 2016).

Maria Velho da Costa, enquanto coautora de *Novas Cartas Portuguesas* (1972), participou ativamente na crítica ao sistema patriarcal e autoritário do Estado Novo, utilizando a escrita como forma de denúncia da opressão feminina e da censura política, o que levou à proibição da obra e ao julgamento das autoras pelo regime (RTP, 2020; Ribeiro et al., 2023). Do mesmo modo, Natália Correia destacou-se como uma das principais vozes de oposição cultural ao Estado Novo, tendo criticado abertamente a censura e o conservadorismo moral do regime através da sua intervenção literária e política, o que levou à proibição de várias das suas obras e à sua perseguição pela polícia política (Ribeiro et al., 2023).

Este tipo de resistência cultural era particularmente relevante porque operava dentro de limites impostos pela censura, utilizando estratégias discursivas subtis para contornar o controlo do regime. Assim, a oposição feminina não se expressava apenas através de ações políticas diretas, mas também através da produção intelectual, da escrita e da imprensa, onde se construíam narrativas alternativas sobre a condição feminina.

No plano da resistência política e militante o destaque vai para Catarina Eufémia que se tornou um símbolo da resistência ao Estado Novo, após ter sido assassinada pela Guarda Nacional Republicana em 1954 durante uma greve de trabalhadoras agrícolas no Alentejo, facto que a transformou numa figura emblemática da luta dos trabalhadores rurais contra a repressão do regime (RTP Ensina, 2024).

A resistência cultural e intelectual e a resistência política e militante são dois traços fundamentais da oposição ao Estado Novo, expressos através da crítica ao regime na produção cultural e da ação direta contra a repressão política.

Conclusão

Em síntese, a elaboração do projeto *A Invisibilidade Política da Mulher no Estado Novo* permitiu desenvolver um estudo aprofundado sobre a condição das mulheres portuguesas durante o período do Estado Novo (1933–1974). Este regime, de carácter nacionalista, conservador e antidemocrático, fortemente influenciado pela doutrina católica, procurou moldar a identidade feminina em torno dos valores da família, da maternidade e da vida doméstica, exercendo simultaneamente um controlo rigoroso sobre a sociedade civil e limitando a participação política.

Para a concretização desta investigação, foram analisadas diversas fontes documentais e historiográficas, bem como artigos e revistas académicas, complementadas por documentação legislativa e jurídica da época. Particular destaque foi atribuído à Constituição de 1933, enquanto instrumento fundamental para compreender as restrições legais impostas às mulheres, nomeadamente no que respeita à participação política e aos limites impostos ao exercício pleno dos seus direitos cívicos.

O estudo desta temática revela-se particularmente relevante para a compreensão das desigualdades de género existentes durante o Estado Novo e das lutas desenvolvidas pelas mulheres em prol da igualdade política, do acesso ao mercado de trabalho em condições de maior equidade e da conquista de espaços tradicionalmente reservados aos homens. Além disso, permite refletir sobre os impactos duradouros das representações femininas promovidas pelo regime. A associação da mulher ao espaço doméstico e familiar e o seu afastamento da esfera política contribuíram para a perpetuação de estereótipos cuja desconstrução constituiu um processo lento e gradual. Embora se tenham verificado progressos significativos nas últimas décadas, alguns desses padrões culturais e sociais continuam, ainda hoje, a influenciar a sociedade portuguesa.

Bibliografia

- Carvalho, R., & Silveirinha, M. J. (2018). Género e receção mediática no Estado Novo. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (7), 199-213. https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_13
- Constituição Política da República Portuguesa. (1933, 22 de fevereiro). *Diário do Governo*: I Série, n.º 43. <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp-1933.pdf>
- Cova, A., & Pinto, A. (1997). O Salazarismo e as Mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope*, (17), 71-94.
- Decreto-Lei n.º 47344. (1966, 25 de novembro) *Diário do Governo*, n.º 274, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/47344-1966-477358>
- Expresso. (2022, 2 de setembro). *Exposição “Adeus Pátria e Família”: a resistência à repressão da homossexualidade em Portugal*. [Imagem]. Expresso. <https://expresso.pt/exposicoes/2022-09-02-Adeus-Patria-e-Familia-a-resistencia-a-repressao-da-homossexualidade-em-Portugal-8b595332>
- Fauth, E., & Machado, V. de A. (2024). Educação feminina: O projeto político do Estado Novo português pelas lentes das revistas Modas e Bordados e Eva (1930-1945). *História e Cultura*, 13(1), 73-96. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v13i1.4360>
- Ferreira, A. S. (2024). *Entre a Tradição e a Modernidade: A vida quotidiana no Estado Novo*. Manuscrito Editora.
- Lamas, M. (2002). *As mulheres do meu país*. Caminho.
- Lei n.º 1941. (1936, 11 de abril) *Diário do Governo*, n.º 84, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/1941-1936-690201>
- Lousada, A. P., & Oliveira, H. N. (2021). António de Oliveira Salazar. *Revista Portuguesa de História Militar*, 1(1), Dossier: Início da Guerra de África 1961-1965. <https://doi.org/10.56092/LUOY4568>
- Macedo, A. G. (2020). Resiliência criativa no feminino e re-significação da história em contraponto com a ‘manipulação de género’ do Estado Novo. *Diacrítica*, 34(2), 77-91. <https://doi.org/10.21814/diacritica.4982>
- Martins, E. C. (2023). Intervenção social em prol das famílias vulneráveis e do papel da mulher trabalhadora no Estado Novo: A beirã M^a Leonor Sampaio Botelho (1915-1996). *Revista Temas Sociais*, (5), 99-114. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.5_99-114
- Newitt, M. (1995). *A History of Mozambique*. Hurst.
- Pereira, M. E. (2020). Mulheres cineastas portuguesas e o Estado Novo. Da invisibilidade à memória cultural. *Diacrítica*, 34(2), 62-76. <https://doi.org/10.21814/diacritica.4981>

- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- Pessoa, A. M. (2016). *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal, 1880–1943. Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, 36, 193–196.
- Pimentel, I. F. (2000). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Temas e Debates.
- Pimentel, I. F. (2024). *O essencial sobre a PIDE* (Coleção O Essencial Sobre, Vol. 153). Imprensa Nacional.
- Pinto, A. C. (1995). *Salazar's Dictatorship and European Fascism*. Columbia University Press.
- Ribeiro, O. M., Moreira, F. A. T., & Pimenta, S. (2023). Resistências no Feminino durante o Estado Novo em Portugal: as “Três Marias” e Natália Correia. *Revista Conhecimento Online*, (2), 166-183. <https://doi.org/10.25112/rco.v2.3365>
- Rosas, F. (1998). *O Estado Novo (1926–1974)*. Editorial Estampa.
- Rosas, F. (2012). *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Tinta-da-China.
- RTP Ensina. (s.d.). *Catarina Eufémia, símbolo da revolução*. [Vídeo]. RTP Ensina. <https://ensina.rtp.pt/artigo/catarina-eufemia-simbolo-da-revolucao/>
- RTP. (2020, 24 de maio). “*Novas Cartas Portuguesas*”. *Obra de 1972 levou as autoras a tribunal*. https://www.rtp.pt/noticias/cultura/novas-cartas-portuguesas-obra-de-1972-levou-as-autoras-a-tribunal_v1231411
- Scott, J. W. (1988). *Gender and the politics of history*. Columbia University Press.
- Vaquinhas, I. (2011). *As Mulheres na Sociedade Portuguesa do Século XX*. Colibri.